



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LETRAS - PORTUGUÊS

ELÂINNY CRISTINA SANTOS DA SILVA

**OS AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA
NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 1999 A 2018.**

ARAGUAÍNA/TO
2022

ELÂINNY CRISTINA SANTOS DA SILVA

**OS AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENAS
NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 1999 A 2018.**

Artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína-TO, Curso de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa para obtenção do título de licenciada e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque

ARAGUAÍNA/TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237a Silva, Elâinny Cristina Santos Da.
OS AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENAS
NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 1999 A 2018. / Elâinny
Cristina Santos da Silva. – Araguaína, TO, 2022.
23 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português, 2022.

Orientador: Francisco Edviges Albuquerque

1. Indígenas. 2. Costumes. 3. Avanços. 4. Desafios. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELÂINNY CRISTINA SANTOS DA SILVA

OS AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENAS NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 1999 A 2018.

Artigo foi avaliada(o) e apresentada (o) à UFT – Universidade Federal do Tocantins –Campus Universitário de Araguaína, Curso de licenciatura em letras/portuguesa para obtenção do título de Licenciada e aprovada (o) em sua forma final pelo orientador Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque (UFT) e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 08 / 02 / 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque – UFT/UFNT

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Cristina Testa – UFT/UFNT

Prof^a. Me. Danielle Mastelari Levorato – UFT/UFNT

Araguaína, 2022

Dedico este trabalho a Deus que me deu força para concluir de forma satisfatória, sem ele eu não teria realizado, aos meus pais Neuza Santos da Silva e José Rita Gonçalves da Silva, ao meu filho Thallys Gabriel S. Palmeira que contribuíram para essa conclusão de curso. Agradeço ao meu professor e orientador Francisco Edviges.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, por me fazer ultrapassar todas as barreiras enfrentadas no decorrer de todo o curso no qual não foi fácil, também na execução desse artigo que em meios de pensar em desistir mais com ele enfrentei todos os obstáculos. Agradeço a Deus ao fazer com que meus objetivos fossem alcançados durante meus anos de estudos. A Deus por ter me dado saúde e determinação para realizar este trabalho.

Aos meus pais, Neuza Santos da Silva e José Rita Gonçalves da Silva, no qual entenderam minha ausência, no decorrer dessa elaboração que sempre me motivaram e esteve comigo contribuindo para esse momento, ao meu filho Thallys Gabriel, também ao meu irmão Ismael que me ajudou na caminhada.

Sou muito grata a meu orientador, Professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque, por ter me acompanhado nessa experiência de elaboração de artigo.

Agradeço ao meu esposo que colaborou para essa realização, a todos que colaboraram de forma direta e indireta. Agradeço também às minhas colegas Maria Fatima e Mércia que sempre me incentivaram. Quero também agradecer a Bruna Rezende que esteve sempre disponível para tirar minhas dúvidas.

Agradeço a minhas colegas Karoline Dias e Julianny Sousa Bastos que também me incentivou para a concluir esse curso, a Wilma Alves e Eunice que também contribuíram no momento dos meus estágios, para que foi muito importante para esta construção e por elas está sempre me motivando a estudar. Quero aqui agradecer a todos. Aqueles que não citei mais sei de cada um que torceu por mim, e contribuiu direto e indiretamente.

RESUMO

O presente trabalho relata o efeito de uma investigação feita a respeito dos OS AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENAS NO ESTADO DO TOCANTINS NO PERÍODO DE 1999 A 2018. O objetivo do trabalho foi preparar uma pesquisa de acordo ao tema e assim provocar ao leitor uma reflexão, análise e discussões. Dessa forma, apontamos os avanços e desafios na educação escolar indígena no Tocantins. O trabalho discorre de pesquisa bibliográfica/qualitativa e documental. O trabalho teve como contexto uma trajetória histórica desde os tempos que os indígenas não tinham acesso à educação escolar. Parta isso, temos a legislação que contribuiu muito, e nos cabe mencionar pois foi dela a primeiro avanço para esses povos indígenas, como direitos a uma educação diferenciada. O estudo busca analisar como é conduzido esse ensino diferenciado, como os professores são incluídos nessas aldeias, parta que esse tipo de formação eles tem? Então aprofundamos na pesquisa, para esses questionamentos porque para eles do que adiantaria todos esses avanços sendo que para eles a palavra diferenciada é como se eles não tivessem o mesmo privilegio das pessoas que estudava na cidade, pois para eles foi um desafio enfrentar o novo. As leis buscam valorizar os povos das aldeias dando-lhe o direito de ter uma escola em sua aldeia, com vários programas voltados diretamente para eles, desde a constituição de 1988 passou a ter esses avanços para o brasil e com isso assegurar os interesses indígenas, mantendo sua língua materna e costumes. No Tocantins temos a (FUNAI) que é a Fundação Nacional do Índio, a (CEE) Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena que foi criado em 14 de março de 2005 , em Palmas/To no decorrer do decreto governamental N° 2.367, o MEC, SEDUC, entre outros, no qual gera uma política pedagógica bem ampla e especifica.

Palavras-chaves: Indígenas, costumes, avanços.

ABSTRACT

The present work shows the effect of an investigation carried out on THE ADVANCES

AND CHALLENGES OF INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION IN THE STATE OF TOCANTINS IN THE PERIOD FROM 1999 TO 2018. The objective of the work was to prepare research according to the theme and thus provoke the reader to reflect, analysis and discussions. In this way, we point out the advances and challenges in indigenous school education in Tocantins. The work is based on bibliographic/qualitative research and documents. The work had as its context a historical trajectory since the times when the Indians did not have access to education. With the researches, we have legislation that is important to mention because it was the first advance for these indigenous peoples, as rights to a differentiated education. The study seeks to analyze how this differentiated teaching is conducted, how are teachers included in these villages, what type of training do they have? So we went deeper into the research, for these questions, because for them, what would all these advances do given that for them the differentiated word is as if they didn't have the same privileges as people who studied in the city, because for them it was a challenge to face the new. The laws seek to value the peoples of the villages, giving them the right to have a school in their village, with several programs aimed directly at them, since the constitution of 1988, these advances have been made for Brazil and thereby ensure indigenous interests, keeping your mother tongue and customs. In Tocantins we have the (FUNAI) which is the National Indian Foundation, the (CEE) State Council for Indigenous School Education which was created on March 14, 2005, in Palmas/To during government decree. No 2,367, the MEC, SEDUC, among others, in which it generates a very broad and specific pedagogical policy.

Key-words: Indigenous, mores, villages.

LISTA DE SIGLAS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

CCE – Conselho Estadual de Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS	13
1.1. Os povos indígenas Apinajé	13
1.2. Povos karajá da ilha do bananal.....	14
1.3. Povos Javaé.....	14
1.4. Povos Karajá de Xambioá.....	14
1.5. Povos Krahô-canela	14
1.6. Povos Xerente	15
1.7. Povos Krahô.....	15
1.8. Povos Pancararu.....	15
1.9. Avá canoeiros	15
2. DESAFIOS DO ENSINO DIFERENCIADO	15
3. SEÇÃO TEÓRICA.....	17
4. METODOLOGIA.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	22
ANEXOS	23

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre a educação escolar indígena no Tocantins vem da necessidade de contribuir com estudos nos quais possam mostrar com clareza de como anda os avanços na escola indígena do Tocantins.

Os povos indígenas não só no estado do Tocantins, mas também em outras regiões do País ainda tem enfrentado várias dificuldades referente à assistência, embora tenham leis que asseguram seus direitos, e na prática também inúmeros desafios para que seja ultrapassado e de certa forma haja uma satisfação para essas culturas com atenção e assistência conforme as necessidades de cada índio, dessa forma este artigo busca observar de que maneira ocorreu essa criação da educação escolar indígena como se deu os avanços por meio da legislação brasileira na constituição de 1988, em que nesse período modifica a forma de agir com esses povos indígenas, apoiando e estabelecendo seus direitos.

Mesmo com os avanços educacionais as necessidades ainda não foram possíveis preencher um ensino de maneira em que é adequada para a aprendizagem desses povos, por meio disso pode-se analisar as leis de forma em haja ações para essa educação indígena.

Apesar das leis que foram criados para a população indígena ainda a vários preconceitos vistos pela sociedade, diante disso Arruda (2001, p.43) diz que:

No Brasil, o desconhecimento ou o desprezo pelo papel da diversidade cultural no estímulo e enriquecimento das dinâmicas sociais e, principalmente, a recusa etnocêntrica da contemporaneidade de sociedades de orientação cultural diversa, tem sedimentado uma visão quase sempre negativa das sociedades indígenas. Na postura ideológica predominante, os índios não contam para o nosso futuro, já que é considerada uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma “prébrasilidade”.

Para melhor produzir este artigo, sobre o convívio com professores e suas línguas e as dificuldades encontradas em relação ao professor indígena e não Indígena. Nessa pesquisa percebe que os avanços para a educação indígena foi cada vez mais crescendo, tendo uma educação escolar indígena diferenciada, ao olhar para os tempos passados essas políticas de educação escolar indígena não existia mais com o tempo esse aspecto foi mudando, onde foi criadas leis para atender as necessidades desses povos indígena, promovendo programas cada vez mais específicos e até nos dias de hoje esses avanços está cada vez mais crescendo, dessa forma sem tirar sua verdadeira identidade cultural. Nesse sentido essa pesquisa tem os aspectos sociocultural e educacional dos grupos indígenas do Tocantins. Também mostrar como anda a estrutura curricular dessa escola, outro fator seria a forma que o professor faz uso das suas

metodologias, e como os alunos reagem a ela, como foram as suas experiências com os primeiros professores até os dias atuais.

A educação escolar indígena tem um ponto central para argumentar sobre diversos contexto cultural, social e educacional, essa educação escolar, intelectual e diferenciada é definida conforme a legislação nacional no qual ampara essa educação escolar indígena, dessa forma é estabelecido documento no qual tem sua finalidade de regular e organizar esses contextos de acordo com os grupos indígenas do Tocantins.

Dessa forma pode analisar que a uma preocupação no processo de atividade, pretendendo assim cada vez mais adquirir uma demanda de cursos que especializa para uma formação de povos indígenas, para que possam assim exercer nas próprias escolas de suas comunidades, porém antes eles não tinham acesso a estudos específicos, seguia apenas uma tradição deles que viviam de caça e plantio apenas para sobrevivência.

A Visão que desejamos para toda essa sociedade é um planeta que seja globalizado, em que os grupos de várias etnias possam ter acesso a uma boa educação escolar abrangente onde serão formados índios para atuar dentro e fora de suas comunidades, sendo assim colocado em práticas o papel de desenvolver os povos indígena porque a sociedade e o governo acreditam nesses avanços e que assim formar educadores no sentido de mostrar que os indígenas são pessoas como todos.

A educação é uma ação de educar, ensinar, disciplinar, e é um direito de todos onde requer o desenvolvimento para o sujeito, através do ensino e práticas pretendendo desenvolver e acelerar o seu potencial intelectual do indivíduo, dessa maneira trata de um processo único de estudo. Paulo Freire (2003, p.40) afirma que “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática [...]”.Assim se faz pensar que a educação é um desenvolvimento de saberes e praticas.

No estado do Tocantins de acordo com a pesquisa do IBGE calcula uma população acima de 14 mil indígenas onde são distribuídas em nove etnias como: krahô, Javaé, Apinajé, Xerente, Karajá, Xambioá, krahô-Kanela, Avá-Canoeiro e pankararu. Esses povos do estado do Tocantins vêm ainda com suas culturas de modo em que ainda o meio de sobrevivências é o cultivo de plantas e criação de animais. Uma grande parte desses povos vivem na região norte do estado do Tocantins e está contido em quatro municípios que são: de Lagoa de São Bento, Marilândia, Araguatins e Tocantinópolis.

Esses povos têm grandes histórias do que passaram no decorrer de sua trajetória, em que tiveram que lutar pela sobrevivência, e que independente do que passaram

mantiveram seu ritual e cultura. Ao pensar nas histórias que os índios viviam relacionando com os saberes e ensino, possibilidades, cultura que hoje está abrangendo a esses povos a terem um ensino mais amplo pode-se pensar em um conhecimento específico no qual garante sua memórias e cultura preservada.

É importante lembrar que esse projeto será decorrido a punho bibliográfico de acordo com as opiniões de alguns autores que tem sua base na educação indígena.

O objetivo deste trabalho é analisar através de pesquisas feitas de acordo com o tema sobre o avanço e desafios da educação escolar indígena no estado do Tocantins, no qual gerou um estudo específico, para melhor discutir o contexto. Também mostrar um pouco da trajetória histórica escolar do Tocantins e do Brasil em geral. Mostrar a realidade de antes e como hoje está atualmente, identificar quem são esses povos indígenas no estado do Tocantins. Como eles vivem? Como eles são aceitos como professor? Então é uma série de perguntas que procuramos analisar neste estudo, no qual foi decorrido de pesquisa bibliográfica, considerando os avanços e desafios enfrentados tanto por índio como também pelos professores não indígenas levados para aldeias para formar índios.

Para colher melhor esses resultados também foram decorridos de pesquisas qualitativas em que teve um estudo documental e bibliográfico.

1. POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DO TOCANTINS

No estado do Tocantins existe nove etnias, que são: Apinajé, Avá Canoeiros, Akwê Xerente, Iny (Javaer), Iny (Karajá), Iny (Xambioá), Krahô, Krahô-Canela e Pankarary.¹

1.1. Os povos indígenas Apinajé

Esses povos estão localizados no norte do estado do Tocantins, sendo uma população de aproximadamente 1.847 pessoas. Os *Apinajé* sobrevivem de suas plantações e caças, também fabricam utensílios domésticos com plantações e produzem artesanatos.²

¹ Pode-se verificar em: <https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colchaderetalhos-da-cultura-tocantinense>.

² Pode-se verificar em: <https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colchaderetalhos-da-cultura-tocantinense>.

1.2. Povos karajá da ilha do bananal

Os Karajá estão localizados na maior ilha chamada fluvial, essa ilha fica localizada no rio Tocantins e Araguaia, sua população é de 3.198 pessoas. Eles vivem do extrativismo, frutos cerrados e da pesca, esses povos são ricos em arte como artesanatos e pinturas corporal em que é representada por figuras de animais. Também vive em um ritual em que as bonecas feitas com suas artes é para representar a vida desse povo e outro ritual os homens saem para caça e pesca quando um parentesco vai visitá-los. (<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colchaderetalhos-da-cultura-tocantinense>).

1.3. Povos Javaé

Estão situados do lado esquerdo do rio Javaé, na ilha do bananal, tem população de 1.456 pessoas, em Formoso do Araguaia esses índios fazem contatos com os não indígenas, tem a pesca como uma forma de se alimentar, produtos agrícolas cultivados por eles e também de alimentos dos povos das cidades.

(<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhosdacultura-tocantinense>.)

1.4. Povos Karajá de Xambioá

São os índios das margens do rio Araguaia, que além do Tocantins estão em Goiás e Mato Grosso, sendo dividida em duas Aldeias, fica no município de Santa Fé que falam a mesma língua. (<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povosindigenasintegram-colcha-de-retalhos-da-cultura-tocantinense>.)

1.5. Povos Krahô-canela

Esses povos ocupa a área da lagoa da confusão entre rios formosos e Javaé, tem uma faixa de 3000 mil habitantes.

(<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povosindigenas-integram-colcha-de-retalhosda-cultura-tocantinense>.)

1.6. Povos Xerente

Está localizado no rio Tocantins, tem uma população de 3509 pessoas e também é de família linguística e culturalmente.

(<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povosindigenas-integram-colcha-de-retalhosda-cultura-tocantinense>).

1.7.Povos Krahô

Esses povos tem uma população de 3000 pessoas e vivem também de caças e cultivos. (<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colchaderetalhos-da-cultura-tocantinense>.)

1.8. Povos Pancararu

Esses indígenas são conhecidos como os povos esquecidos, sendo eles Pernambuco e migram pelo no estado do Tocantins.

(<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povosindigenas-integram-colcha-de-retalhosda-cultura-tocantinense>.)

1.9.Avá canoeiros

São conhecidos como povos da língua tupi, está localizado no rio Tocantins.

(<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhosdacultura-tocantinense>.)

2. DESAFIOS DO ENSINO DIFERENCIADO

Ainda há um grande problema em pauta no cenário da educação escolar indígena, no qual deve ser discutido pela política de educação. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, onde o estado Brasileiro, passa a reconhecer os povos indígenas, dando o direito a condições de cidadão diferenciado, dessa forma fazer com que os povos das aldeias reconheçam o que foi lhe oferecido por direito, como por exemplo seus direitos de território e culturais, esses dois pontos passa a ser reconhecida como

uma legislação. Essa educação escolar indígena “diferenciada” se tornou um discurso para a políticas públicas, junto com os representantes das aldeias respeito do ensino diferenciado, assim pode observar em uma fala de um índio:

- Por que diferenciado? Por que nós somos menos que vocês? Por que vocês não querem que a gente cresça? Temos as mesmas condições de ser médico, engenheiro, advogado que os brancos. Os nossos conhecimentos nós temos dentro da na nossa aldeia mesmo, pelos nossos parentes, não precisa ser pela escola (Amilton Tupi-Guarani). (LADEIRA, 2004. p. 144).

Assim se faz analisar no modo de pensar dos povos indígenas como será esse ensino diferenciado? Então passa a ser uma preocupação para os povos da aldeias em não saber a qualidade desse ensino, a partir desses pontos gera questionamentos, querem saber qual a formação desses professores se estão só sendo colocados para dar um estudo qualquer ou se realmente tem uma boa formação com muito tempos de práticas ou se somente vão ministrar aulas de qualquer forma. Com isso gerou conflitos em que os representantes das aldeias passaram a reivindicar por um educação de qualidade igual da população da cidade.

A condição dos representantes ter pontuado essa educação diferenciada, é buscar uma melhoria para escolas indígenas e acabar com a concepção de que os índios não deve se socializar porque ainda nos dias de hoje faz se pensar que eles não são capaz, mas ainda a um grande problema nessa política de educação a ainda alguns pontos que são preocupantes e complexa como o calendário escolar das aldeias, em que pessoas sem informações acredita que esse calendário se trata de uma adequação no qual falta alguns ajuste, quando na verdade o calendário tem como objetivo controlar o fator social do estado no qual diz respeito de como o desenvolvimento das atividades para os professores e alunos, é um controle para os fiscais.

O problema nesse aspecto é saber quem vai efetuar esse controle? Dessa forma são questionamentos no qual serão avaliados e isso leva tempo até mesmo porque os povos indígenas não tem uma ideia de tempo assim os responsáveis dessas implementações teria que formular novos práticas para conduzir as escolas porque apenas manter a fiscalização não iria resolver, no entanto esse controle que é desenvolvido em um determinado tempo por essas comunidades, que é discutido entre os representantes das aldeias e os agentes oficial .isso de fato terá uma referência para busca dessas melhorias e direitos iguais.

No estado do Tocantins podemos citar a participação do professor da UFNT e também coordenador do LALI (Laboratório de Línguas Indígenas) Francisco Edviges Albuquerque, na organização do curso de capacitação de professores, onde o mesmo esteve a frente de toda organização com objetivo de capacitar indígenas para a formação de professores, assim temos a imagem em destaque:



Professor Edviges Albuquerque ministrando aula para professores indígenas (Foto: Manoel Lima / Divulgação Seduc-TO). Disponível em: <http://encantos serrado.com.br/n/9127>

Através do LALI ,também foram criados projetos, oficinas, e elaboração de livros, voltado para esses povos indígenas, no qual contribuiu para o desenvolvimento de pratica pedagógicas dos mesmo.

3. SEÇÃO TEÓRICA

Com base na lei de diretrizes que os povos indígenas tenham uma educação escolar específica mantendo suas culturas, por meio das políticas públicas que será caracterizado os avanços para as escolas indígenas. Através da constituição brasileira, foi garantido aos povos indígenas direitos de preservar seus costumes, e também uma educação escolar indígena diferenciada, valorizando suas tradições. Como diz o artigo 4º da Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012:

Artigo 4º Constituem elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

- I - a centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos e, portanto, a localização das escolas em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;
- II - a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;
- III - a organização escolar própria, nos termos detalhados nesta Resolução; IV - a exclusividade do atendimento a comunidades indígenas por parte de professores indígenas oriundos da respectiva comunidade.

Parágrafo único A escola indígena será criada em atendimento à reivindicação ou por iniciativa da comunidade interessada, ou com a anuência da mesma, respeitadas suas formas de representação.

A escola indígena teve diversos avanços voltado para o ensino dos indígenas ,como o PACTO, um programa que é voltado para a alfabetização do ensino básico outro foi a formação para professores indígenas , com isso as políticas públicas obtiveram uma formação para a comunidade indígena e passaram ter mais desenvolvimento pedagógico porque já não é pessoas não indígenas que lidera e sim os povos da mesma etnia e de certa forma não deixar que esses avanços não influenciam na língua materna dos índios, então para Luciano (2013, p.05):

No âmbito político-institucional também ocorreram várias conquistas importantes. A primeira foi a transferência de responsabilidade pela oferta da educação escolar aos povos indígenas do monopólio da FUNAI para os sistemas de ensino (União, Estados e Municípios), ocorrida em 1991. Esta mudança políticoinstitucional associada ao novo arcabouço jurídico inaugurado pela Constituição Federal de 1988 possibilitou o surgimento imediato de inúmeras experiências inovadoras de escolas indígenas por todo o Brasil, além da expansão da oferta. Se em 1990 (um ano antes da transferência de responsabilidade da FUNAI para o MEC) havia 754 escolas atendendo 40.000 alunos indígenas (CNE, 2007), em 2012 esses números quadruplicaram para 2.954 escolas indígenas e 234.869 alunos indígenas matriculados na educação básica (INEP, 2012).

Há três categorias onde os avanços da educação indígena. Pode vir a ser classificado. Sendo eles: Legal, político e pedagógico. No entanto, o campo jurídico e político avançou nas conquistas em três direções: no estabelecimento de um arranjo jurídico e normativo que garante autonomia pedagógica e de gestão de povos indígenas. Já no âmbito legal, de fato ocorreram importantes escolas com a adoção de dispositivos constitucionais e inconstitucionais através do estado brasileiro que garantem os direitos dos povos indígenas.

O reconhecimento sociocultural e étnico é um dos primeiros grandes passos para a garantia dos direitos específicos da educação escolar indígena, com esse

reconhecimento e as demais conquistas, fez com que a valorização da língua materna dos processos próprios de ensino aprendizagem se encontra explícito na Constituição Federal de 1988.

Faz entender a partir de que:

Cada povo ou comunidade indígena se apropria dessa instituição e, de acordo com suas forças de negociação, torna-a própria e específica, não sem problemas, não sem conflitos. No diálogo intercultural entre a sociedade indígena, a memória e tradição são requisitadas como forças constituidoras da escola. (BRASIL, 2012, p. 68).

O novo papel das comunidades indígenas fortalecida com o agente indígena no andamento legal da gestão e do processo pedagógico nas escolas. Cerca de 95 % dos trabalhadores das escolas das aldeias indígenas o protagonismo na prática é limitado. O campo pedagógico se tornou um dos maiores desafios da escola indígena. Nas questões de como executar os conceitos políticos pedagógicos inovadores da educação.

A origem dessas dificuldades advém de campos inter-relacionados. O primeiro deles é o sistema de ensino, pois os mesmos resistem a mudanças conceituais. Os administradores como dirigentes políticos, gestores e técnicos locais apresentam uma forte resistência a mudanças de mentalidade, cultura e prática política, tornando esse sistema um tanto arcaico.

Esse sistema de ensino indígena não possui estruturas adequadas e nem equipe escolar qualificada para atender as necessidades encontradas nessas escolas. E com isso se torna quase impossível não se notar o resultado negativo nessa execução dos programas de construção das escolas, formação de professores, elaboração de material didático, transportes, alimentação e dentre outros. Esses problemas vêm fazendo com que sejam agravados pelas dificuldades de coordenação das políticas que deveria ser exercida pelo MEC a partir do regime de colaboração entre os sistemas, mas que esbarra no discurso de autonomia dos sistemas.

Para Bittencourt e Silva (2002, p. 67), a história da educação indígena tem sido marcada, evidentemente, por continuidades, podendo-se ainda perceber, mesmo considerando as perspectivas de mudanças, tanto em discursos como em práticas a partir das décadas de 1970 e 1980, políticas que visam a objetivos semelhantes nesses 500 anos. Muitos estados brasileiros não ver a escola como instrumento de assimilação dos índios, cuja principal função é torná-los cidadãos exemplares, capazes de escolherem produtos, inclusive eleitorais, conscienciosamente, sobreviverem do seu próprio trabalho, mesmo que vendido por quase nada na periferia das grandes cidades ou nas redondezas das fazendas de todo o país; tornarem-se higiênicos e converterem-se em cristãos – evangélicos ou católicos [...]

A vulnerabilidade desse regime resulta inexistência histórica no âmbito de sistema de ensino de políticas e programas específico voltado para atender as demandas e a realidade dessas aldeias no campo de transportes (fluvial e aéreo) distribuição da alimentação escolar construção de escola com a estrutura diferenciada para comunidades nômades de áreas várzea.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como referência metodológica o estudo das pesquisas bibliográficas e analisar os avanços da escola indígena, com base nas diretrizes curriculares da educação escolar indígena da lei de diretrizes e autores.

Contudo o presente estudo da pesquisa sobre os avanços da educação escolar indígena no Tocantins, alcançou o objetivo de colher informações sobre a realização de atividades voltadas para esses povos, tendo resultados e para melhor esclarecimento desse trabalho foi colhida informações de uma indígena a mesma não se limitou aos saberes e concluiu o seu ensino enfrentando as barreiras e que já estava ingressando na universidade, ela era de uma certa aldeia que fica localizada em xambioá, no estado do Tocantins a mesma fala que ainda em seu tempo de escola já era oferecido um ensino mais amplo e que ainda existia professores não indígena.

Os fatores que contribuem para esses avanços são as atividades seguintes:

4.1.O programa de formação para professores da mesma etnia;

4.2.Histórico da educação escolar indígena no brasil até chegar ao Tocantins; -

Analisar a proposta pedagógica indígena.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da constituição de 1988 foi que os indígenas passaram a ter legalmente o direito a uma educação, mas ainda essa educação ficou marcada por uma desigualdade, dessa forma tendo dificuldade de para atender essa população no qual são divididos em diferentes grupos. Os estudantes utilizam matérias didáticas sendo cada grupo com sua especialidade.

A metodologia educacional das escolas indígenas foi tendo grandes avanços até os dias de hoje, isso nos faz pensar como a legislação contribuiu para isso. Nos documentos

como constituição federal, LDB e outros deixa claro que os povos indígenas necessitam de uma educação diferenciada intelectual e bilíngue, então essa educação foi cada vez mais sendo sustentada apesar que também é um grande desafio para muitos, ainda se trata de um avanço recente pois teve acesso a essa educação só a partir da constituição de 1988 que passou a dá direito a esse ensino diferenciado que possibilitou a frequentar escolas, tendo um estudo sem modificar ou retirar seus costumes, crenças, línguas e tradições.

Ademais, também é importante destacar que o presente estudo conseguiu apresentar a forma como a educação indígena tem se consolidado na história brasileira, entretanto, ainda existem uma série de desafios a serem superados, principalmente no que diz respeito a assegurar aquilo que já está garantido legalmente. Essa dificuldade em garantir os direitos constitucionalmente assegurados fica evidente quando é realizado a pesquisa no território tocantinense, que mesmo possuindo um número considerável de etnias indígenas, ainda apresenta poucas possibilidades de ensino, uma vez que as instituições escolares ainda apresentam grande dificuldade em lidar com a diversidade apresentada por esse público, o que acaba diminuindo seu processo de aprendizagem como um todo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Imagens do Índio: Signos da Intolerância**. In:

GRUPIONI, Luís Donisete. VIDAL, Lux Boelitz. FISCHMANN, Roseli. (Organizadores). **Povos Indígenas e Tolerância: Construindo Práticas de Respeito e Solidariedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; SILVA, Adriane Costa da. **Perspectivas Históricas da educação indígena no Brasil**. In: PRADO, Maria Ligia Coelho; VIDAL, Diana Gonçalves (organizadoras).

_____. **Desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica. In: Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2003. Arquivo PDF. Disponível em:**

http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2013.

BRASIL. Resolução CNE/CEB no 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília:

Diário Oficial da União, DF, Seção I, p. 7-68, jun. 2012. LUCIANO, G. J. dos S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

COHN, Clarice. **Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa**. In: Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n.02, p.485-515, jul./dez. 2005.

Decreto no 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etno educacionais, e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm>. Acesso em: 8 out. 2018.

LADEIRA, M. E. “ **Sobre a língua da alfabetização indígena** ”, in A questão da Educação Indígena, org. Comissão Pró-Índio de S.Paulo, Editora Brasiliense. SP,1981 “ **O uso da escrita entre os Timbira** ”, in RUA, revista da UNICAMP, Campinas,19.

<https://conexaoto.com.br/2021/04/12/povos-indigenas-integram-colcha-de-retalhos-dacultura-tocantinense>.

ANEXOS

Anexo A – Avanços das escolas indígenas



Povos indígenas do Brasil

Anexo B – Escola Indígena



Escola indígena regional de Tocantinópolis-To